



DESIGUALDADES RACIAIS: UMA BREVE ANÁLISE DOS DADOS DO CADÚNICO EM MARABÁ/PA

RACIAL INEQUALITIES: A BRIEF ANALYSIS OF CADÚNICO DATA IN MARABÁ - PA

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v17i1.1373>

Saullo Sandro de Campos Pereira, Universidade Federal Rural da Amazônia

Marcos Arnon Dias da Silva, Universidade do Estado do Pará - <https://orcid.org/0009-0001-6904-1391>

Eduardo Gomes de Almeida, Faculdade dos Carajás - <https://orcid.org/0009-0000-9648-0990>

Lucas Kauã Bezerra Bernaldino, Faculdade dos Carajás - <https://orcid.org/0009-0007-1240-3391>

Ceres Daiane Gavioli Ramos dos Santos, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Aline Lima Pinheiro, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - <https://orcid.org/0009-0005-4983-0093>

Sara Brigida Farias Ferreira, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA - <https://orcid.org/0000-0001-6588-2305>

Flavia Madeira da Silva, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - <https://orcid.org/0000-0001-6588-2305>

RESUMO: Este artigo explora as desigualdades socioeconômicas e educacionais em Marabá, Pará, com base nos dados do Cadastro Único (CadÚnico), focando na influência da raça ou cor. O CadÚnico fornece informações vitais para políticas públicas, tornando Marabá um caso relevante para entender a intersecção entre raça, pobreza e acesso a direitos. Além da revisão bibliográfica, utilizando uma abordagem quantitativa, o estudo analisa dados do CadÚnico de novembro de 2023. A pesquisa inclui gráficos e tabelas, enfatizando a distribuição de renda familiar per capita entre diferentes grupos raciais. A pesquisa é significativa para compreender as dinâmicas de desigualdade racial em contextos urbanos na Amazônia, contribuindo para o debate sobre políticas públicas inclusivas. Nesse contexto, visa compreender como raça ou cor influenciam as condições socioeconômicas e educacionais em Marabá, buscando identificar padrões de renda, avaliar desigualdades e fornecer dados para políticas públicas. O estudo revela a persistência de desigualdades raciais em Marabá. Pessoas classificadas como pardas são as mais afetadas por pobreza extrema e baixa renda, enquanto mulheres pardas enfrentam desafios adicionais. É crucial desenvolver políticas públicas mais inclusivas e eficazes, focadas na redução da pobreza e na promoção da igualdade, considerando as especificidades raciais e de gênero.

Palavras-chave: Desigualdade racial; Políticas públicas; Marabá; CadÚnico.

ABSTRACT: This article explores socio-economic and educational inequalities in Marabá, Pará, based on data from the Cadastro Único (CadÚnico), focusing on the influence of race or color. CadÚnico provides vital information for public policy, making Marabá a relevant case for understanding the intersection between race, poverty, and access to rights. In addition to bibliographic review, using a quantitative approach, the study analyzes CadÚnico data from November 2023. The research includes graphs and tables, emphasizing the distribution of per capita family income among different racial groups. The research is significant for understanding the dynamics of racial inequality in urban contexts in the Amazon, contributing to the debate on inclusive public policies. In this context, it aims to understand how race or color influence socio-economic and educational conditions in Marabá, seeking to identify income patterns, assess inequalities, and provide data for public policies. The study reveals the persistence of racial inequalities in Marabá. People classified as brown are the most affected by extreme poverty and low income, while brown women face additional challenges. It is crucial to develop more inclusive and effective public policies, focused on reducing poverty and promoting equality, considering racial and gender specificities.

Keywords: Racial Inequality; Cadastro Único; Marabá; CadÚnico.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise detalhada dos dados do Cadastro Único (CadÚnico) de Marabá, Pará, com foco nas diferenças socioeconômicas e educacionais entre os grupos raciais. O CadÚnico é um instrumento do governo brasileiro destinado a identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, fornecendo informações cruciais para a formulação e implementação de políticas públicas. A cidade de Marabá, com sua história e características demográficas particulares, oferece um cenário relevante para investigar as intersecções entre raça, pobreza e acesso a direitos e serviços.

O presente artigo é significativo por iluminar as complexidades da pobreza e da desigualdade racial em Marabá, uma cidade com uma história rica e desafios únicos. O artigo contribui para o debate sobre a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e direcionadas para combater as desigualdades raciais e promover o desenvolvimento social e econômico sustentável na região.

A pesquisa incorpora uma metodologia quantitativa que, além de analisar os dados do CadÚnico de Marabá referentes a novembro de 2023, também engloba uma revisão bibliográfica. A análise se concentra em distribuições de renda familiar per capita, segmentadas por raça ou cor. São utilizados gráficos e tabelas para ilustrar as disparidades entre diferentes grupos raciais, incluindo brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Além disso, o estudo examina questões específicas, como analfabetismo e desigualdades educacionais, dentro desses grupos.

O objetivo geral é compreender como a raça ou cor influencia as condições socioeconômicas e educacionais das pessoas em Marabá. Especificamente, o artigo busca: identificar padrões de distribuição de renda entre diferentes grupos raciais; avaliar a extensão das desigualdades socioeconômicas e educacionais entre esses grupos; fornecer insights para políticas públicas que possam endereçar desigualdades raciais específicas.

A importância deste estudo reside na necessidade de compreender melhor as dinâmicas de desigualdade racial em contextos urbanos da Amazônia brasileira. Marabá, como um município relevante na região, serve como um caso exemplar para investigar como as desigualdades raciais se

manifestam e persistem. Os resultados podem oferecer direções valiosas para políticas públicas que visem reduzir essas disparidades e promover uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

DIREITOS HUMANOS E A LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL: UMA BREVE ANÁLISE A PARTIR DE LYNN HUNT

Hunt (2009) enfatiza as nuances e contradições que permearam a evolução dos direitos durante a Revolução Francesa e nos Estados Unidos. Ela explora como a questão dos direitos desencadeou debates acerca da inclusão e exclusão de diversos grupos sociais. Isso é evidenciado, por exemplo, na discussão sobre o direito de voto para não católicos na Assembleia Nacional francesa e nas preocupações expressas por John Adams quanto à possibilidade de que a expansão dos direitos pudesse levar a reivindicações adicionais, incluindo os direitos das mulheres e dos jovens, caso os homens sem propriedade conquistassem o sufrágio.

A autora explora a lógica subjacente à concessão de direitos humanos durante a Revolução Francesa, com foco especial nas minorias religiosas, como os protestantes e judeus. Ela destaca a concepção de uma "escala de conceitabilidade" utilizada pelos legisladores para determinar quais grupos seriam considerados elegíveis para a concessão de direitos. Grupos como os protestantes eram mais prontamente "imaginados" como beneficiários desses direitos, ao passo que outros, como as mulheres, eram percebidos como menos "imagináveis."

Também é demonstrado por Hunt (2009) como os ideais da Revolução Francesa influenciaram a busca por igualdade de direitos em nível global, especialmente no que se refere aos negros livres e à questão da escravidão. Ela destaca que a França foi uma das primeiras nações a conceder direitos políticos iguais aos negros livres em 1792 e a emancipar os escravos em 1794, muito antes de outras nações com sistemas de escravidão. Isso contrasta com a situação nos Estados Unidos, onde a questão da escravidão era mais complexa e demandou um período significativamente maior para ser resolvida.

A discussão dos direitos humanos desempenhou um papel crucial na abolição da

escravidão, uma vez que forçou os legisladores a reconhecer a aplicabilidade desses direitos em contextos e para grupos que originalmente pretendiam excluir. Os direitos humanos tornaram-se uma parte inseparável da reflexão sobre o sistema escravagista, incentivando os homens de cor livres e os escravos a reivindicarem direitos iguais. Esta dinâmica também revela como os debates sobre os direitos das minorias religiosas frequentemente suscitavam discussões sobre outros grupos, demonstrando a interconexão dessas questões na busca pela igualdade de direitos.

A autora chega à conclusão de que o conceito de "empatia" desempenhou um papel crucial na promoção dos direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, essa compreensão não garantia que todos fossem imediatamente capazes de trilhar esse caminho. Isso fica evidenciado em uma carta datada de 1802, escrita por Thomas Jefferson a um clérigo, na qual ele destacava o exemplo dos Estados Unidos como uma nação empenhada na luta pelos direitos humanos, porém falhava na aplicação desses direitos no caso dos escravos e das mulheres. Isso ilustra que o verdadeiro teste da busca pela igualdade residia na busca pela participação política desses grupos.

Os esforços de Hunt (2009) também são concentrados na exploração das origens das ideias relacionadas aos direitos humanos, enfatizando as circunstâncias históricas da Revolução Francesa, da Declaração de Independência dos Estados Unidos e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Além de realizar uma análise aprofundada desses três momentos históricos de grande relevância, a autora propõe-se a examinar o impacto dos romances populares na formação dos direitos humanos na sociedade. Nesse sentido, ela busca evidenciar que os direitos humanos não surgiram apenas a partir de tratados e declarações internacionais, mas, principalmente, da interação social moldada por sentimentos individuais, como a empatia, que são fomentados pela leitura desses romances.

Pode-se inferir, portanto, que a afirmação de Lynn Hunt (2009), que menciona que "os direitos humanos fracassaram inicialmente, mas tiveram êxito a longo prazo", encontra respaldo na constatação de que, apesar da criação do primeiro marco dos direitos humanos e dos registros de contínuas lutas sociais,

esses direitos não se mostraram eficazes desde o princípio. Em vez disso, eles adotaram uma trajetória de desenvolvimento histórico, fortalecendo-se progressivamente até se tornarem uma realidade. Isso se deve ao fato de que a declaração inicial precisou evoluir por meio de retificações e da implementação de novas emendas ao longo do tempo.

A história dos direitos humanos confirma, de maneira mais contundente do que qualquer outro exemplo, que nem sempre a teoria se traduz na prática. Mesmo com a promulgação de declarações, leis e códigos que exigiam a garantia de diversos direitos dos cidadãos, a aplicação desses princípios muitas vezes não correspondia à legislação vigente. Os direitos das minorias só foram reconhecidos e garantidos de fato após a Segunda Guerra Mundial, por meio da intervenção da ONU, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

Portanto, mesmo após inúmeros fracassos na proteção e aplicação dos direitos humanos ao longo da história, hoje podemos observar um sucesso considerável na promoção e defesa dessa temática, em comparação com o que existia em um passado não tão distante.

DESIGUALDADE SOCIAL POR RAÇA E COR

No livro "Raça e Racismo" de Almeida (2019), o autor explora a evolução do conceito de raça ao longo da história, especialmente sua relação com o Iluminismo do século XVIII, que marcou a secularização do racismo antes ancorado em crenças teológicas. No século XIX, surgiram teorias pseudocientíficas que buscavam associar características biológicas a diferenças morais e intelectuais, fornecendo uma base ideológica para a exploração colonial, mesmo após a abolição da escravidão.

Almeida (2019) também esclarece as distinções entre os termos preconceito, discriminação e racismo, ressaltando como a discriminação se manifesta como uma estratificação social intergeracional que afeta a trajetória de vida de grupos inteiros. Ele introduz três abordagens do racismo: a individualista, a institucional e a estrutural, enfatizando que o racismo vai além de desvios individuais e envolve um conjunto complexo de práticas que normalizam desigualdades em várias

esferas da sociedade.

O autor aborda a naturalização do racismo, sua relação com a ideologia e a estrutura social, o papel da ciência e da cultura na perpetuação do racismo, a posição dos brancos no processo de racialização e a conexão entre racismo e meritocracia. Ele argumenta que o racismo persiste devido à criação de sistemas explicativos para as desigualdades e à construção de subjetividades insensíveis à discriminação racial.

Ademais, discute a relação entre racismo e política, explorando temas como o Estado, o nacionalismo, a representatividade, a biopolítica e a necropolítica. Ele destaca como o Estado desempenha um papel central na classificação e divisão de pessoas, enquanto o nacionalismo é utilizado para criar uma identidade comum que encobre os conflitos e as contradições do capitalismo. Diante disso, é necessário analisar os dados para compreender os fatos.

De 2004 a 2014, a qualidade de vida no Brasil melhorou notavelmente, especialmente devido ao aumento da renda impulsionado por diversos fatores, incluindo emprego, políticas sociais, mudanças demográficas, maior escolaridade e valorização do salário-mínimo. Esses avanços resultaram na redução da pobreza em todas as regiões do país e entre os diferentes grupos étnicos, como pretos, pardos e brancos, que juntos representam 99% da população. No entanto, vale ressaltar que a diminuição da pobreza não necessariamente se traduziu em uma diminuição da desigualdade racial, que se refere à diferença nas taxas de pobreza entre esses grupos étnicos (Osório, 2019).

Para avaliar se a desigualdade racial da pobreza diminuiu, foram examinados dados de renda da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 a 2014. Três hipóteses foram consideradas: a existência da desigualdade racial da pobreza, a redução dessa desigualdade ao longo do período e a existência de desigualdade racial entre pretos e pardos, de acordo com Osório (2019).

De acordo com o autor supracitado, os resultados mostram que as três hipóteses não foram refutadas, indicando que a desigualdade racial da pobreza persiste, embora tenha havido alguma redução ao longo do período analisado. No entanto, é importante observar que o estudo não se propôs a

explicar as razões por trás dessa redução, pois a desigualdade racial da pobreza é influenciada por uma série de fatores complexos, como mobilidade social, discriminação racial, desigualdades regionais e educacionais, entre outros. A análise se concentrou em documentar e quantificar essa redução da desigualdade racial no Brasil durante o período de estudo.

Em 2021, no Brasil, as disparidades raciais foram evidentes em várias áreas. A taxa de pobreza, medida pelo Banco Mundial, era de 18,6% entre os brancos, mas quase o dobro entre os pretos (34,5%) e pardos (38,4%). O desemprego afetava mais os pretos e pardos, com taxas de 16,5% e 16,2%, em comparação com 11,3% entre os brancos. A informalidade no trabalho era mais comum entre pretos (43,4%) e pardos (47,0%) do que entre brancos (32,7%) (IBGE, 2022).

A renda média dos trabalhadores brancos (R\$3.099) era consideravelmente superior à dos pretos (R\$1.764) e pardos (R\$1.814). Apesar de representarem mais da metade da força de trabalho, pretos e pardos ocupavam apenas 29,5% dos cargos gerenciais, enquanto os brancos ocupavam 69,0%. A insegurança na posse de moradia era mais alta entre pardos (20,8%) e pretos (19,7%) em comparação com brancos (10,1%), de acordo com o IBGE (2022).

No setor agropecuário, a maioria dos proprietários de grandes estabelecimentos era branca (79,1%), com representação significativamente menor de pardos (17,4%) e pretos (1,6%). Em termos de violência, as taxas de homicídios por 100 mil habitantes eram mais elevadas entre pardos (34,1) e pretos (21,9) do que entre brancos (11,5) em 2020. Na educação, cursos de pedagogia e enfermagem tinham uma maior proporção de pretos e pardos, enquanto cursos como medicina tinham uma representação menor desses grupos. Esses dados foram analisados no estudo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", produzido e publicado pelo IBGE (2022), destacando as disparidades étnicas em áreas como trabalho, renda, moradia, educação, violência e representação política.

Gonzales (2020), a autora aborda sobre o "continuo de cor", onde fica constituído um tipo de ideologia que prevalece na sociedade brasileira, uma ideologia de hierarquia, com cada um no seu lugar. Ressalta ainda o quão complexo é, pois a cidadania se

articulária com a questão da identidade, questões essas, fortemente interligadas e que reforçam as desigualdades sociais por raça e cor.

O CADASTRO ÚNICO: UMA FERRAMENTA FUNDAMENTAL PARA POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Há duas décadas, em 24 de julho de 2001, o Cadastro Único para Programas Sociais, conhecido como CadÚnico, foi criado pelo Decreto Presidencial n. 3.877 de Fernando Henrique Cardoso. Desde então, tem sido uma ferramenta crucial para a identificação de famílias de baixa renda com base em critérios socioeconômicos (Brasil, 2001).

Inicialmente, definiu-se que famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e renda familiar total de até três salários-mínimos seriam consideradas "famílias brasileiras de baixa renda". Contudo, essa definição não considerava as despesas reais das famílias, resultando em um descolamento entre os critérios estabelecidos e a realidade, de acordo com Sposati (2021).

O CadÚnico operava sob a suposição de que o custo de vida era uniforme para todas as famílias de baixa renda, o que não refletia a diversidade de situações econômicas e sociais. Além disso, os valores estabelecidos não eram seguidos pelos programas sociais, criando uma disparidade entre as diretrizes e a aplicação prática dos programas, que direcionavam recursos principalmente para os mais miseráveis (Sposati, 2021).

A Caixa Econômica Federal (CEF) define o cadastro como um conjunto de informações sobre famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até meio salário-mínimo por pessoa ou até três salários-mínimos de renda mensal total. No entanto, essa definição não captura adequadamente as complexas necessidades das famílias em situação de pobreza. A digitalização dos dados do CadÚnico trouxe uma mudança significativa, mas ainda não distingue claramente os membros da família em termos de provedores e dependentes, tratando todos como provedores solidários, o que não reflete a realidade das famílias, como ensina Sposati (2021).

Embora o Decreto n. 6.135 de 2007 tenha estabelecido limites de renda para o CadÚnico, ele

ainda não abordava completamente as necessidades das famílias em situação de pobreza (Brasil, 2007). O banco nacional de dados de famílias pobres é usado como uma ferramenta para definir pré-requisitos para benefícios ou programas federais, mas não garante o acesso à assistência social e se concentra principalmente na avaliação de renda para consumo no mercado, negligenciando outras necessidades das famílias.

A gestão do Cadastro Único é centralizada na União, no Ministério da Cidadania, em parceria com a Caixa Econômica Federal. Os dados têm validade de dois anos e devem ser atualizados pela família; caso contrário, a família é excluída do CadÚnico e perde os benefícios.

Recentemente, o Decreto n. 10.357 de 2020 separou a gestão do Cadastro Único da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, visando maior independência, mas sem abordar completamente as necessidades das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Em resumo, apesar de sua importância como ferramenta de focalização, o Cadastro Único para Programas Sociais ainda enfrenta desafios na adequação aos diferentes perfis de famílias em situação de vulnerabilidade econômica e na garantia de acesso efetivo à assistência social (Brasil, 2020).

O Cadastro Único representa uma valiosa fonte de dados que oferece informações socioeconômicas e demográficas sobre a população cadastrada. Contudo, é fundamental ressaltar que algumas informações cruciais relacionadas às condições de moradia não são registradas no CadÚnico. Entre esses aspectos não contemplados, incluem-se questões de segurança, a finalidade dos diferentes cômodos no domicílio, as características do ambiente circundante, bem como as distâncias entre a residência e locais de trabalho, escolas e serviços de saúde (Mustafa et al., 2017).

Para a sua construção, também são coletadas informações acerca das pessoas inscritas, abrangendo variáveis como gênero, idade, etnia ou raça, local de nascimento e nacionalidade. Esses dados auxiliam na identificação da origem dos cadastrados e permitem avaliar se são migrantes ou imigrantes em relação ao local atual de domicílio. Além disso, é realizada a requisição de dados sobre os nomes dos pais, o que pode ser útil para questões relacionadas ao

reconhecimento da paternidade, de acordo com Mustafa et al., 2017.

Os autores supramencionados mencionam que as relações de parentesco com o Responsável pela Unidade Familiar (RF) também são devidamente registradas, possibilitando a identificação de diversos arranjos familiares, tais como filhos, cônjuges, parentes de diferentes gerações e indivíduos sem laços consanguíneos. Ademais, o cadastro categoriza os membros dos domicílios em grupos específicos, como crianças, jovens, idosos ou pessoas com deficiência. Isso desempenha um papel importante na orientação de políticas públicas direcionadas para atender às necessidades específicas desses grupos, como aquelas relacionadas à educação e saúde.

A presença de documentos, como certidões de nascimento, casamento, inscrição no CPF e outros, é devidamente registrada no CadÚnico, sendo fundamental para formalizar o reconhecimento da cidadania e possibilitar o acesso a serviços públicos. Conjuntamente, também detecta a existência de deficiência permanente entre a população cadastrada, fornecendo informações sobre o tipo de deficiência e se a pessoa requer cuidados contínuos de terceiros.

As informações relacionadas à escolaridade incluem a capacidade de leitura e escrita, a frequência escolar, o tipo de escola frequentada, o curso e a série. Tais dados permitem avaliar se o percurso escolar está de acordo com a idade dos cadastrados e se há necessidade de transporte público para acessar escolas e creches.

Além disso, Mustafa et al. (2017) aponta que são juntadas informações sobre trabalho e remuneração para pessoas com dez anos ou mais, abrangendo dados sobre ocupação, natureza do trabalho, localização do emprego (urbana ou rural) e remuneração. Esses dados são valiosos para avaliar as condições laborais, a formalidade no trabalho e o acesso a benefícios previdenciários. Ademais, a renda familiar total é calculada com base nos rendimentos de todos os membros da família, o que permite analisar a dependência de fontes de renda que não decorrem do trabalho e identificar situações de pobreza.

Em síntese, o Cadastro Único oferece um conjunto completo de informações que engloba aspectos socioeconômicos, demográficos,

educacionais e laborais da população cadastrada, desempenhando um papel fundamental na formulação e direcionamento de políticas públicas. Entretanto, é importante reconhecer suas limitações, sobretudo no que diz respeito a detalhes sobre as condições de moradia.

MARABÁ: UM MUNICÍPIO PARAENSE

Marabá, localizado no estado do Pará, é um município de vastas dimensões, abrangendo uma extensa área territorial de 15.128,058 km². É considerado uma importante Capital Regional na região. Sua área urbanizada, em 2019, compreendia 62,49 km², oferecendo um ambiente urbano para sua crescente população (IBGE, 2023).

Em relação à infraestrutura básica, o município enfrenta desafios, com apenas 31,8% da população tendo acesso ao esgotamento sanitário adequado em 2010. A arborização das vias públicas também estava em um nível modesto, abrangendo apenas 10,8% do território, enquanto a urbanização das vias públicas atingia 11%. Marabá abriga uma população diversificada, com cerca de 266.533 habitantes registrados no último censo de 2022. A densidade demográfica do município é de aproximadamente 17,62 habitantes por quilômetro quadrado, conforme dados divulgados pelo IBGE (2023).

No que diz respeito à economia local, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2021 era de 2,6 salários-mínimos. Com um pessoal ocupado de 59.003 pessoas no mesmo ano, a população ocupada representava 20,51% da população total. A distribuição de renda também é um aspecto a ser considerado, com 41,3% da população em 2010 vivendo com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário-mínimo (IBGE, 2023).

Atualmente, examina-se neste estudo as diversas influências que moldaram o desenvolvimento da cidade de Marabá, situada no contexto da Amazônia, ao longo de sua história. A evolução de Marabá passou por várias etapas, sendo impactada tanto por ciclos econômicos quanto por intervenções do governo. A cidade foi oficialmente estabelecida como entidade política em 1913, quando se separou do município de Baião, que também englobava áreas agora conhecidas como São João do Araguaia, Conceição do Araguaia e o Distrito de

Alcobaça (atualmente Tucuruí).

A formação de Marabá está intrinsecamente ligada aos grupos étnicos que inicialmente compuseram sua população e às demandas que surgiram ao longo dos diferentes ciclos econômicos, como o ciclo da castanha, da madeira e do ouro. Esses ciclos não apenas impulsionaram a economia local, mas também promoveram a migração, contribuindo para a expansão do espaço urbano. Marabá ganhou importância como centro comercial no século XX, atraindo migrantes e estabelecendo conexões comerciais com outras cidades paraenses, conforme Silva (2022).

O município também compartilha características com as "cidades da floresta" que eram predominantes na região até a década de 1960. Essas cidades se destacavam por sua relação próxima com a natureza e por uma vida rural não modernizada, com laços estreitos com áreas rurais próximas. Apesar das influências externas, Marabá ainda mantém atividades que preservam sua conexão com a natureza, como a pesca (Silva, 2022).

A cidade desempenhou um papel logístico crucial na ocupação da Amazônia, concentrando a maior parte da população da região (Rodrigues, 2010). Houve também uma tendência de desconcentração urbana, com o crescimento populacional em cidades menores. A partir de 1966, programas governamentais e projetos de colonização estimularam a migração, contribuindo para a formação de um mercado de trabalho local.

Os ciclos econômicos, incluindo o da borracha, desempenharam um papel significativo na região, impulsionando a ocupação e o desenvolvimento urbano. Marabá, com sua acessibilidade por estrada e rio, atraiu muitos migrantes, destacando a necessidade de infraestrutura urbana, como habitação (Silva, 2022). Em resumo, a história de Marabá reflete a complexidade da evolução urbana na Amazônia, moldada por ciclos econômicos, intervenções governamentais e migração, enquanto mantém sua conexão com a natureza e suas raízes rurais (Castro, 2008).

Gomes (2019) investigou as representações étnicas em Marabá, com dando particular atenção à categorização "pardos" utilizada pelo IBGE, que espelha a ideologia da miscigenação brasileira.

Contudo, segundo o autor, em Marabá subsistem elementos de discriminação racial e a propagação da "maldição da cor".

A pesquisa analisou registros de jornais locais, em particular "O Marabá" e o "Correio do Tocantins". Ambos eram controlados por famílias locais e compartilhavam colonistas, como Frederico Carlos Morbach, Augusto Bastos Morbach (pai e filho, respectivamente), e Dorivan Dourado (Gomes, 2019).

No que diz respeito às celebrações da abolição da escravidão, segundo Gomes (2019). "O Marabá" exaltou a princesa Isabel como a figura central da abolição, destacando também personalidades locais de ascendência africana. No entanto, a única mulher mencionada, Auta Santos, foi retratada de forma desfavorável, em contraste com os homens que foram elogiados por suas virtudes e conquistas.

Em um contexto diferente, o autor mostra que "O Marabá" se referiu à cidade como a "São Paulo do Norte do País", enfatizando a diversidade populacional, mas, lamentavelmente, comparando os indígenas a "feras" e "ameaças". À medida que a cidade se aproximava de seu septuagésimo aniversário de emancipação, os jornais começaram a destacar os "pioneiros" como os verdadeiros agentes do progresso, marginalizando os grupos indígenas e afrodescendentes.

Em resumo, de acordo com o estudo, as representações pejorativas dos maranhenses migrantes na cidade, que eram frequentemente associados a estigmas e atraso. Enquanto os "pioneiros" eram glorificados, uma matéria revelou que o próprio fundador da cidade, Francisco Coelho, mantinha uma casa de prostituição. No entanto, suas ações foram retratadas de maneira positiva, o que destaca as complexidades das representações culturais na história de Marabá.

ANÁLISE DOS DADOS DO CADASTRO ÚNICO DE MARABÁ - PA POR COR OU RAÇA E RENDA PER CAPITA EM NOVEMBRO DE 2023

Este tópico explora as disparidades socioeconômicas e educacionais na cidade de Marabá, no estado do Pará, com base nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O presente estudo se debruça sobre a complexidade das relações entre raça, renda e educação, utilizando

uma série de gráficos detalhados para ilustrar as diferenças entre grupos raciais na região.

Os gráficos apresentados fornecem pistas sobre a distribuição da renda familiar per capita, segmentada por raça, e revelam uma realidade marcada por desigualdades acentuadas. O Gráfico 1, por exemplo, destaca a predominância da população parda em todas as faixas de renda e sua concentração significativa na extrema pobreza. Já o Gráfico 2 enfoca especificamente as mulheres, revelando que as mulheres pardas enfrentam desafios particulares em termos de pobreza e acesso a recursos.

O Gráfico 3 aborda a situação dos homens em Marabá, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelos homens pardos em particular, enquanto o Gráfico 4 e o Gráfico 5 focam nos índices de analfabetismo entre adultos e crianças, respectivamente, revelando desafios educacionais significativos entre os grupos raciais mais vulneráveis.

Este estudo busca não apenas ilustrar as disparidades raciais e socioeconômicas existentes em Marabá, mas também ressaltar a necessidade urgente de políticas públicas que abordem essas desigualdades de maneira efetiva e sensível às nuances raciais e de gênero. O objetivo é fornecer uma base de dados robusta e insights críticos que possam orientar a formulação de políticas mais inclusivas e justas, com um foco particular nas necessidades das populações pardas, mulheres, e grupos minoritários, como indígenas e amarelos, visando a promoção da igualdade de oportunidades e a melhoria das condições de vida em Marabá.

O Gráfico 1 apresenta uma análise detalhada da distribuição da renda familiar per capita em Marabá, segmentada por grupos raciais. Os números revelam uma imagem complexa das disparidades socioeconômicas na região. Primeiramente, a maioria da população é classificada como "parda", representando uma parcela significativa em todas as faixas de renda. Com 131.950 indivíduos nessa categoria, as pessoas pardas parecem ser os mais afetados pelas diferentes faixas de renda, incluindo a pobreza extrema ("Pobreza 1"), com 49.646 pessoas nessa situação.

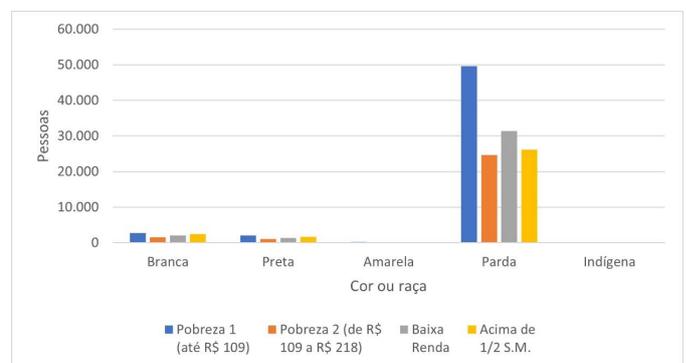
Por outro lado, a população branca, com 8.899 indivíduos, apresenta a menor proporção na faixa de

"Pobreza 1", o que sugere uma menor incidência de extrema pobreza nesse grupo. Ademais, os indivíduos brancos também lideram a categoria "Acima de 1/2 S.M.", indicando um melhor acesso a renda mais elevada.

A população preta, por sua vez, encontra-se em uma posição intermediária em termos de distribuição de renda. Com 6.186 indivíduos, esses habitantes enfrentam contrariedades econômicas consideráveis, mas em menor medida do que a coletividade parda. As populações amarela e indígena são numericamente menores, com 605 e 151 pessoas, respectivamente. Ambas as populações enfrentam desafios econômicos significantes, com números notavelmente baixos na faixa "Acima de 1/2 S.M."

Essas informações ressaltam a importância de políticas públicas que abordem as desproporções socioeconômicas, levando em consideração a diversidade racial em Marabá. É evidente que a parcela de pessoas pardas é a mais numerosa e, portanto, deve ser um foco importante para a redução da pobreza e o aumento da igualdade de oportunidades. Além disso, as pessoas indígenas e amarelas, apesar de terem uma presença numérica mais limitada, também merecem atenção especial para melhorar suas condições de vida.

Gráfico 1 - População inscrita no Cadastro Único em Marabá por raça ou cor e faixa da renda familiar per capita



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de Brasil (2023).

Para aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas em Marabá, especialmente no que tange às questões de gênero e etnia, é importante analisar a distribuição da renda familiar. Adicionalmente, o Gráfico 2 fornece uma análise detalhada da distribuição da renda familiar per capita em Marabá, referente ao mês de novembro de 2023, com ênfase particular no sexo feminino. Ela é segmentada por cor e raça, e os números anunciam

uma imagem interessante das dessemelhanças socioeconômicas que as mulheres enfrentam na região.

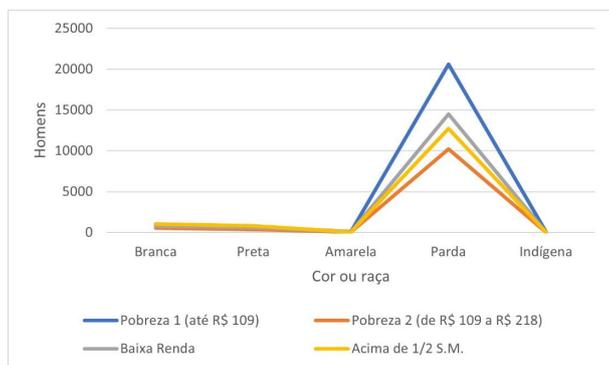
Inicialmente, é notável que a população parda é dominante em todas as faixas de renda, totalizando 73.915 mulheres. Esse grupo também possui a maior quantidade de mulheres em situação de pobreza extrema, representada pela categoria "Pobreza 1" (até R\$ 109), com 29.053 indivíduos. Isso revela que as mulheres pardas em Marabá enfrentam desafios significativos em termos de obtenção de renda suficiente para atender às suas necessidades básicas.

A coletividade branca, por outro lado, apresenta números consideravelmente menores em todas as faixas de renda, totalizando 5.578 mulheres. No entanto, é interessante observar que esses habitantes possuem a maior proporção na faixa de renda "Acima de 1/2 S.M.", sugerindo uma situação financeira relativamente melhor em comparação com as outras categorias.

Já a população preta também apresenta uma presença significativa, com 3.708 mulheres, e enfrenta desafios econômicos consideráveis, principalmente na categoria "Pobreza 1". As populações amarela e indígena são menores, com 368 e 65 mulheres, respectivamente, e enfrentam dificuldades econômicas, especialmente na faixa de renda mais baixa.

Esses dados destacam a importância de considerar as dimensões raciais e de gênero nas políticas públicas destinadas a combater a pobreza e promover a igualdade econômica em Marabá. Eles também sugerem que as mulheres pardas, em particular, podem ser mais afetadas e requerem medidas específicas para melhorar o alcance a oportunidades econômico-financeiras.

Gráfico 2 – Mulheres inscritas no Cadastro Único em Marabá por raça ou cor e faixa da renda familiar per capita



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de Brasil (2023).

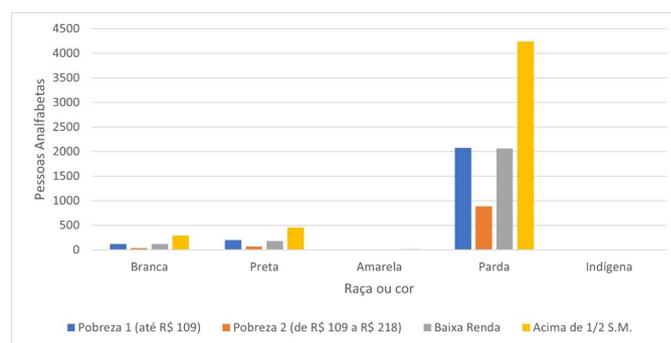
Para complementar a análise sobre as condições socioeconômicas e as disparidades existentes em Marabá-PA, é importante voltar a atenção também para a população masculina. Reflexivamente, o Gráfico 3 apresenta um panorama importante sobre os homens residentes em Marabá-PA cadastrados no Cadastro Único em relação entre cor ou raça e a faixa de renda familiar per capita. Os números contidos na tabela nos fornecem informações sobre as diversidades que existem na sociedade marabaense.

A princípio, é possível notar que a maioria das pessoas nas categorias de "Pobreza 1" (até R\$ 109) e "Pobreza 2" (de R\$ 109 a R\$ 218) são compostas por indivíduos pardos, totalizando 20.593 e 10.226, respectivamente. Isso indica que os grupos pardos enfrentam entraves importantes, com um número significativo de pessoas vivendo com renda per capita extremamente baixa.

Por outro lado, a categoria de "Acima de 1/2 S.M." (salário-mínimo) exibe um padrão inverso. Aqui, a maioria das pessoas é branca, com 1.042 indivíduos nessa faixa de renda. Essa discrepância aponta para uma possível vantagem econômica da comunidade branca em comparação com outros agrupamentos.

No entanto, é importante notar que os números não podem ser analisados de forma isolada, pois outros fatores podem influenciar essas diferenças, como nível educacional, local de residência, entre outros.

Gráfico 3 – Homens inscritos no Cadastro Único em Marabá por raça ou cor e faixa da renda familiar per capita



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de Brasil (2023).

Para entender melhor as disparidades educacionais na região, é relevante observar as estatísticas relacionadas ao analfabetismo. O Gráfico 4 apresenta dados sobre pessoas que não sabem ler e escrever com 16 anos ou mais inscritas no Cadastro Único, categorizadas por cor ou raça e faixas de

renda. Esses números apontam barreiras expressivas no acesso ao ensino formal em diferentes categorias na região em questão.

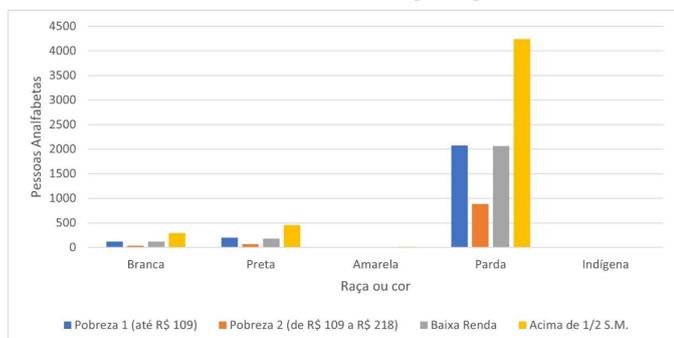
Em primeiro lugar, é evidente que a comunidade parda predomina em todas as faixas de renda e analfabetismo. Com 9.261 pessoas analfabetas, enfrentam dificuldades consideráveis em superar a ausência de alfabetização, especialmente na faixa de "Baixa Renda". Essa constatação denota que o alcance à educação é uma questão crítica para as pessoas pardas na região.

A comunidade branca, embora racionalmente menor do que a população parda, também apresenta números significativos de analfabetos, com 568 indivíduos nesse estado. Isso sugere que não saber ler e escrever não é exclusividade de um único grupo racial e que pessoas brancas também enfrentam bloqueios educacionais.

As populações preta e amarela, embora calculadamente menores do que as populações branca e parda, ainda mostram números significativos de não alfabetização. Os habitantes indígenas, também enfrentam o problema do iletramento, com 18 pessoas nessa condição. Essa informação reflete indicadores específicos enfrentados por esse grupo na obtenção de estudos de qualidade.

Esses aspectos enfatizam a indispensabilidade de políticas públicas voltadas para a promoção educacional e a redução da quantidade de pessoas não alfabetizadas. O ingresso democrático ao ensino formal é fundamental para o desenvolvimento de indivíduos e comunidades, e esses números destacam áreas em que o investimento em formação e desenvolvimento devem ser priorizados.

Gráfico 4 – Pessoas a partir de 16 anos que não sabem ler ou escrever inscritos no Cadastro Único em Marabá por raça ou cor e faixa da renda familiar per capita



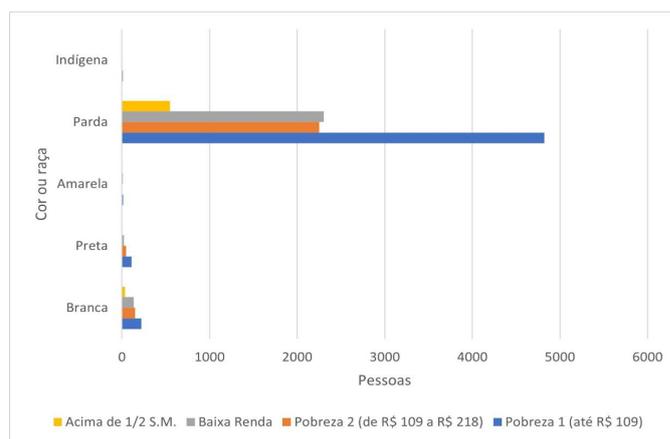
Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de Brasil (2023).

Para aprofundar a análise das desigualdades presentes na educação de jovens, também é relevante examinar os dados de alfabetização entre as faixas etárias mais vulneráveis. O Gráfico 5 apresenta informações sobre a soma de pessoas analfabetas com idades entre 7 e 15 anos inscritas no Cadastro Único, classificadas por cor ou raça e faixas de renda. Esses números fornecem uma visão clara das disparidades educacionais e socioeconômicas enfrentadas na região em questão.

Preliminarmente, é importante observar que o conjunto de habitantes pardo é preponderante dominante em todas as faixas de renda e analfabetismo. Com 9.924 crianças analfabetas nessa faixa etária, especialmente na faixa de "Pobreza 1" (até R\$ 109). Essa observação demonstra a prevalência entre crianças pardas e que medidas específicas precisam ser tomadas para melhorar o acesso à educação nesse grupo.

A população branca também apresenta números significativos de crianças analfabetas, com 536 crianças nessa conjuntura. As populações preta e amarela, embora inferior em número do que as populações branca e parda, também mostram números significativos de crianças analfabetas. A população indígena, mesmo proporcionalmente pequena, também sofre com problemáticas ligadas ao ler e ao escrever, com 14 crianças nessa condição.

Gráfico 5 – Pessoas entre 7 e 15 anos que não sabem ler ou escrever inscritos no Cadastro Único em Marabá por raça ou cor e faixa da renda familiar per capita



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de Brasil (2023).

Esses dados focalizam a precisão urgente de políticas públicas voltadas para a promoção da educação e a redução do analfabetismo. Garantir que todas as crianças obtenham conhecimentos formais

de qualidade é essencial para promover a isonomia e o desenvolvimento sustentável.

Revelou-se que desigualdades significativas existem, especialmente entre a população parda, que domina as estatísticas de pobreza e analfabetismo. Mulheres e crianças pardas enfrentam desafios adicionais, destacando a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades de gênero e raça. A análise sugere a urgência de medidas inclusivas para combater essas disparidades e promover a igualdade de oportunidades, incentivando intervenções direcionadas para melhorar as condições de vida e o acesso à educação na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo realizado sobre os dados do Cadastro Único em Marabá, Pará, revela importantes informações sobre as desigualdades socioeconômicas e educacionais entre diferentes grupos raciais. A análise dos dados de novembro de 2023 aponta para uma realidade onde a desigualdade racial permeia vários aspectos da vida dos habitantes de Marabá, desde a distribuição da renda até o acesso à educação e oportunidades profissionais.

Os resultados mostram que pessoas classificadas como pardas representam a maior parcela da população em situações de pobreza extrema e baixa renda, enquanto indivíduos brancos tendem a ter acesso a rendas mais elevadas. Além disso, a análise de gênero revela que as mulheres pardas são particularmente afetadas pela pobreza, enfatizando a necessidade de políticas públicas que considerem as interseções de raça e gênero.

No âmbito educacional, a pesquisa indica um alto nível de analfabetismo entre pessoas pardas, ressaltando a importância de programas educacionais que visem especificamente a melhoria do acesso e da qualidade da educação para este grupo. A situação dos grupos indígena e amarelo, apesar de numericamente menores, também merece atenção devido aos desafios econômicos e educacionais que enfrentam.

Este estudo, ao desvendar a complexa realidade de Marabá, reforça a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. É essencial que tais políticas sejam direcionadas para a redução da pobreza e promoção da igualdade de oportunidades, levando em consideração as

especificidades raciais e de gênero da população. A melhoria das condições de vida em Marabá exige um esforço contínuo e coordenado entre diferentes setores da sociedade e do governo, com o objetivo final de criar uma comunidade mais justa e equitativa para todos os seus habitantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRASIL. CECAD 2.0. Tabulador do Cadastro Único. Novembro 2023. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em: 28 dez. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3877.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 27 dez. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10357.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.357%2C%20DE%20%20DE%20MAIO%20DE%202020&text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,comiss%C3%A3o%20e%20fun%C3%A7%C3%B5es%20de%20confian%C3%A7a.. Acesso em: 20 dez. 2023.
- CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (org.). Cidades na floresta São Paulo: Annablume, 2008.
- GOMES, Arilson dos Santos. Migrações, populações negras e representações em Marabá, Sudeste do Pará (1913-1983). *Seculum – Revista de História*. João Pessoa, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HUNT, Lynn. Isso não terminará nunca. As consequências das

declarações. In: A invenção dos direitos humanos: Uma história. São Paulo:

Companhia das Letras, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil/Pará/Marabá. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama>. Acesso em: 29 dez. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil - 2a edição. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e socioeconômica. n.48. 2022.

MUSTAFA, Patrícia Soraya. et al. Cadastro Único: características, possibilidades e limites para a construção de diagnósticos socioeconômicos. Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte. Vol. X. nº 20. p. 79-107. jul/dez 2017.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos

Direitos Humanos da ONU. Disponível em :

<http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos.php>. Acesso

em: 19 dez. 2023.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. A desigualdade racial da pobreza no Brasil. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2019.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SILVA, Silvana de Sousa Production of urban space

in Marabá (PA): trajectories and processes. Geopauta, v. 6, p. e10094, 2022.

SPOSATI, Aldaiza Oliveira. Cadastro Único: identidade, teste de meio, direito de cidadania. Serviço Social & Sociedade , n. 141, pág. 183–203, maio de 2021.